

HABEAS CORPUS Nº 567.463 - SP (2020/0071035-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : JOSE CARLOS PACIFICO E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS PACÍFICO - SP098755
WILLIAN HOLANDA DE MOURA - SP273032
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS FERREIRA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU EM OUTRA EXTENSÃO A MEDIDA LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MATHEUS FERREIRA DE SOUZA, apontando como autoridade coatora o Desembargador Relator do HC n.º 2049374-53.2020.8.26.0000, em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado e encontra-se preso, desde 28/04/2015, pela suposta prática do delito descrito no art. 121, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, na forma do art. 29, todos do Código Penal.

Recebida a denúncia, **o Réu foi pronunciado em 27/09/2016**. Contra essa decisão, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, que foi julgado perante o Tribunal de Justiça no dia 26/03/2018. Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na sessão de 11/06/2018. O **acórdão transitou em julgado para o Paciente tão somente no dia 21/08/2019**, porquanto por ele interpostos recurso extraordinário e agravo em recurso extraordinário.

Em 12/08/2019, a 2.^a Câmara do Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do HC n.º 2155554-30.2019.8.26.0000, determinou a imediata submissão do Paciente ao julgamento do Tribunal do Júri.

Superior Tribunal de Justiça

Sob a alegação de desídia do Juízo de primeiro grau, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual sustentando excesso de prazo, cujo pleito liminar foi indeferido (fls. 280-283).

Daí o presente *mandamus*, no qual o Impetrante sustenta que o Paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na prisão, mormente porque transcorridos sete meses do acórdão proferido pelo Tribunal estadual no HC n.º 2155554-30.2019.8.26.0000.

Aduz que a Defesa do Paciente requereu diversas vezes o desmembramento do feito, tendo em vista que o corréu encontra-se foragido, causando enormes prejuízos ao Paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedido ao Paciente o direito de aguardar o julgamento da ação penal em liberdade.

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2016, *v.g.*).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve-se preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão

em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve, nas decisões ordinárias, ilegalidade patente que autorize a mitigação do entendimento consolidado na Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, a Autoridade apontada como coatora indeferiu o pedido liminar, ressaltando o que segue (fls. 281-282; sem grifos no original):

"Não é o caso presente, pois, em consulta à movimentação digital da ação originária, cujos autos são físicos, constata-se que, após julgamento do Habeas Corpus nº 2229168-68.2019.8.26.0000 (11 de novembro de 2019), foi necessária a intimação do corréu Ramon Ferreira de Souza para constituição de novo advogado, bem como da defesa do paciente para adequação do número de testemunhas arrolado, uma vez que superior ao indicado no artigo 422 do Código de Processo Penal.

Observo, ainda, que a adequação do número de testemunhas, com a desistência de três das oito anteriormente arroladas pela defesa do paciente, foi apreciada e os autos aguardam a manifestação da defesa do corréu, de sorte que, em sede de cognição sumária, não há que se falar em desídia do Juízo de Primeiro Grau."

Em consulta ao andamento processual eletrônico, vê-se que o Juízo de primeiro grau, em decisão publicada no dia 19/03/2020, dentre outras providências, designou a reunião do Tribunal do Júri para 12/05/2020.

Diante do que foi registrado acima, não se observa, ao menos em um juízo de cognição sumária, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente ao Tribunal impetrado sua análise, sendo defeso a esta Corte Superior adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora